

PT  
P-001883/2016  
Resposta dada por Dimitris Avramopoulos  
em nome da Comissão  
(1.6.2016)

Ainda que não tenham sido especificamente concebidos para responder às necessidades humanitárias dos Estados-Membros, o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) e o Fundo para a Segurança Interna (FSI) podem, em especial através dos seus mecanismos de ajuda de emergência, financiar atividades de caráter humanitário. As atividades propostas pelos Estados-Membros para financiamento por estes fundos devem ser avaliadas e podem ser consideradas elegíveis, desde que sejam conformes com os objetivos gerais dos fundos. O orçamento inicial de 189 milhões de EUR para ajuda de emergência a título do FAMI e do FSI para 2016 foi reforçado com um montante adicional de 193 milhões de EUR e de 82 milhões de EUR, respetivamente. Está portanto disponível um montante total de 464 milhões de EUR para fazer face às necessidades de financiamento mais urgentes dos Estados-Membros em 2016.

Devido à dimensão da crise dos refugiados e às necessidades humanitárias dela resultantes, a Comissão propôs um novo regulamento que permite à UE canalizar apoio financeiro para os parceiros que prestam ajuda humanitária a fim de executarem ações de emergência em complemento das ações desenvolvidas pelo Estado-Membro afetado, nos casos em que um Estado-Membro tenha dificuldades financeiras ou operacionais para gerir uma situação humanitária. Este novo instrumento de ajuda de emergência foi adotado pelo Conselho em 15 de março de 2016<sup>1</sup> e lançado em 19 de abril de 2016.

De um montante total de 300 milhões de EUR para 2016, os primeiros projetos, no valor de 83 milhões de EUR, centram-se nas necessidades humanitárias urgentes em certas zonas geográficas da Grécia, nas quais se encontram refugiados e migrantes e onde estão disponíveis ou previstas instalações de acolhimento e alojamento. As intervenções são coerentes com o Consenso Europeu em matéria de Ajuda Humanitária e com as políticas e abordagens conexas da UE, nomeadamente as relativas à proteção, às crianças em situações de emergência, à saúde, à água, ao saneamento e higiene, ao alojamento, à alimentação e à educação.

---

<sup>1</sup> COM(2016) 116 final: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=COM:2016:116:FIN>